CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/2023

Autor: Vereadora Cris Correia
Ementa: Institui o Prêmio Escola Centenária, a ser concedido às Instituições de Ensino Oficiais, de Nível Fundamental, Médio e Superior, e dá outras providências

Projeto de Resolução. Institui o Prêmio Escola Centenária, a ser concedido às Instituições de Ensino Oficiais, de Nível Fundamental, Médio e Superior, e dá outras providências. **Aprovação.**

Relatório

Trata-se de Projeto de Resolução de autoria da Vereadora Cris Correia que propõe a instituição do Prêmio Escola Centenária, a ser concedido às Instituições de Ensino Oficiais, de Nível Fundamental, Médio e Superior, e dá outras providências.

O Setor de Análise e Pesquisa, em manifestação no processo legislativo, revela que a proposição submetida a estudo está amparada no inciso V do art. 44 da Lei Orgânica do Município - LOM e no § 1º do artigo 186 do Regimento Interno da Câmara do Salvador. Sendo assim, se encontra em conformidade com as normas regimentais e da técnica legislativa, traz que a pesquisa realizada em bancos de dados constatou a inexistência de proposição legislativa da mesma espécie que versa especificamente sobre o tema consignado.

Na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, o Projeto ora analisado foi declarado aprovado, com a incorporação de 03(três) emendas para: (1) acrescer a expressão "instaladas no município de Salvador" na ementa; (2) acrescer a expressão "instaladas no município de Salvador" no art. 1º; (3) suprimir a expressão "revogadas as disposições em contrário".

Na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, foi designada a relatoria à Vereadora que subscreve o presente parecer.

Esse é o breve relatório.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, no uso de suas competências constantes no artigo 163 da Lei Orgânica do Município do Salvador, passará a análise neste parecer o projeto de Resolução, uma vez aprovado, não colidirá com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual-PPA, a Lei Orçamentária Anual- LOA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

Do ponto de vista do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, Resolução nº 910, de 16 de maio de 1991, temos que o projeto precisa observar o disposto no artigo 186 e o art. 30, inciso I e II da Constituição Federal[1-2], onde se obtém o interesse local da cidade para o referido projeto.

Desse modo, não há nenhum impedimento legal à tramitação da presente proposição nesta Casa.

DITO ISSO, CONCLUI-SE.

Por todo o exposto, em observância ao exposto no Art. 163, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Salvador dentro das competências que lhe é peculiar, vota-se pela **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Salvador, 18 de setembro de 2023.

MARTA RODRIGUES
VEREADORA

[1] Art. 186. Toda matéria legislativa de competência da Câmara será objeto de Projeto de Lei; e toda matéria administrativa ou político-administrativa sujeita à deliberação da Câmara será objeto de Projeto de Resolução, se de efeito interno, e de Decreto Legislativo, se para efeito externo. § 1° Constitui matéria de Projeto de Resolução: I - destituição de membro da Mesa; II - julgamento dos recursos de sua competência; III – assunto de economia interna da Câmara.

[2] Art. 30 Compete aos municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;